



PONTO DO SERVIDOR

MARIA EUGÊNIA

E-mail: pontodoservidor@jornaldebrasil.com.br
Esta coluna é publicada de segunda a sexta-feira

MANDADO CONTRA CORTE DE PONTO

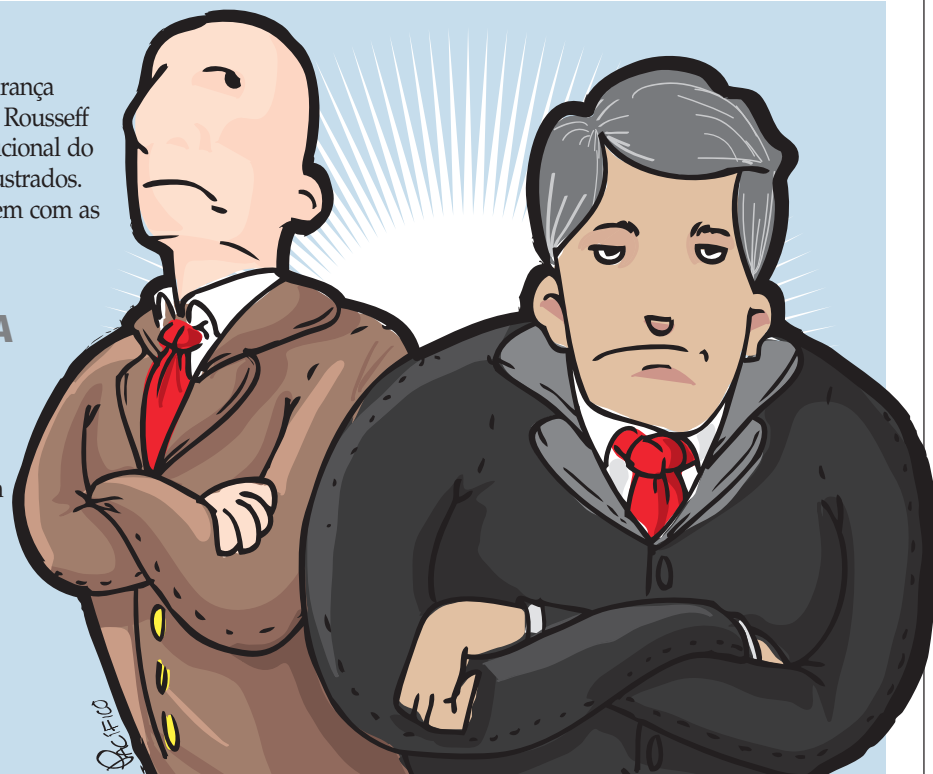
O Sindicato dos Servidores Públicos Federais do DF (Sindsep) entrou com mandado de segurança contra o corte do ponto dos servidores em greve. Para o sindicato, a ordem da presidenta Dilma Rousseff de descontar os dias da greve no contracheque dos servidores é uma agressão ao direito constitucional do funcionalismo público de deflagrar greve quando todos os outros meios de negociação foram frustrados. Mais de 26 categorias do funcionalismo público federal de 25 estados e do Distrito Federal seguem com as atividades paralisadas. O corte de ponto deve ocorrer na folha referente ao mês de agosto.

AGÊNCIAS REGULADORAS

Por falar em greve, a paralisação das agências reguladoras continua forte em todo o País. O percentual de adesão, considerando todos os estados e o Distrito Federal, está entre 55% e 60%. A expectativa do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) é de que, a partir desta semana, o número de servidores a favor da greve possa aumentar ainda mais. Segundo o Presidente do Sinagências, João Maria Medeiros de Oliveira, esta já é a maior greve desde a criação das agências reguladoras.

JUDICIÁRIO SE MOBILIZA

Já no Judiciário, os servidores retomaram as assembleias setoriais para mobilizar a categoria preparando-a para a greve a partir do dia 1º de agosto. A categoria briga pela aprovação do Projeto de Lei 6.613/09, que cria um novo plano de cargos e salários. O movimento tomou força ontem, após reunião entre a presidenta Dilma Rousseff e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto, na segunda-feira. Na ocasião, Dilma se negou, mais uma vez, a conceder reajuste salarial aos servidores do Poder Judiciário.



PLANO DE SAÚDE

Ainda continua sem posição por parte do GDF a criação de um plano de saúde subsidiado para os policiais civis do DF. O presidente do sindicato da categoria, o Sinpol, Ciro de Freitas, destaca que o pleito é antigo e o governo insiste em prolongar as negociações sem dar uma resposta que atenda aos servidores. A categoria cobra um plano com ressarcimento de parte dos gastos tanto ao titular como da família. "O que for apresentado fora deste contexto não nos atenderá", disse.

CONTROLE DE FREQUÊNCIA

A Secretaria de Saúde promoveu seminário sobre a instalação do ponto eletrônico nas regionais de saúde da Asa Sul (Hmib), da Asa Norte (Hran), e do Paranoá. Durante o seminário foram apresentados os principais aspectos do processo de estabelecimento do ponto eletrônico. A instalação do sistema será feita de forma gradual. A medida visa proporcionar maior transparência e segurança para os servidores e para a Secretaria de Saúde em relação à jornada de trabalho.

ELEIÇÕES DIRETAS

As eleições diretas para diretor, vice-diretor e representantes de Conselhos Escolares das escolas públicas do DF estão chegando. É hora de estar atento às datas para que possa exercer o direito de participar, seja como candidato ou eleitor. No dia 22 de agosto serão realizadas as eleições. As inscrições para os candidatos que vão participar do processo eleitoral vão até o dia 31 de julho. A lista final com os nomes dos eleitores que poderão votar será divulgada no dia 2 de agosto.

DE VOLTA AO TRABALHO

A Advocacia-Geral da União (AGU) comprovou, na Justiça, a legalidade de uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou a um policial aposentado indevidamente, em 2004, que retorne ao trabalho para cumprir com o tempo de contribuição que faltava, em Santa Maria (RS). Em 2011, o TCU entendeu que ainda faltavam 11 meses e 23 dias de contribuição para que o servidor pudesse se aposentar de forma integral. Inconformado, o policial recorreu do posicionamento alegando que já havia passado o prazo de direito para que a administração pudesse solicitar a anulação da aposentadoria, que seria de cinco anos.

PRAZO DE DECADÊNCIA

Além disso, o servidor alegou que possui direito ao acréscimo de 20% no tempo de serviço, decorrente da mudança na legislação (Lei 3.313/57 e LC 51/85), que elevou de 25 para 30 anos de contribuição necessários para a aposentadoria do policial. Mas a AGU explicou que de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal o prazo de decadência de revisão da aposentadoria começa a ser contado a partir da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), e não da aprovação do benefício.

REGRAS VIGENTES

Sobre o tempo de contribuição, os advogados da União ressaltaram que antes da Lei Complementar de 51/85, o tempo para aposentadoria policial era de 25 anos, mas com a mudança da legislação a contribuição deveria ser feita por pelo menos 30 anos. No entanto, a aposentadoria é regida pelas normas vigentes à época em que servidor completou requisitos necessários para alcançar o benefício, de acordo com a Súmula 359 do STF. O TCU tem função fiscalizadora e realiza auditorias e inspeções em atos de concessão de aposentadorias, reformas, pensões e admissão de pessoal.

DIVULGAÇÃO/PF



DIA DE PROTESTO

Escrivães, agentes e papiloscopistas da Polícia Federal (PF) farão protesto hoje em frente a sede do órgão e irão ainda caminhar até o Ministério da Justiça. Os policiais federais reivindicam reestruturação salarial. De acordo com a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapefe), não está descartada a deflagração de greve nos próximos dias. Segundo a Fenapefe, uma assembleia geral marcada para segunda-feira decidirá os rumos do movimento. Uma das reivindicações é que os salários dos agentes seja equiparado aos dos delegados, já que é exigido nível superior para os dois cargos. Segundo a Fenapefe, a remuneração dos agentes, escrivães e papiloscopistas vai de R\$ 7.514 a R\$ 11.879. Já a dos delegados e peritos varia de R\$ 13.368 a R\$ 19.700.

STM PUBLICA SALÁRIOS

O Superior Tribunal Militar (STM) foi o último dos tribunais superiores brasileiros a divulgar a remuneração dos seus servidores e magistrados na internet. Os salários se tornaram públicos ontem, quatro dias depois do fim do prazo dado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

TRE-DF EM DESTAQUE

Ontem, outros três tribunais divulgaram os salários em seus sites: o Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (Sergipe), e os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) do Distrito Federal e de Sergipe. Deles, apenas o TRE-DF fornece arquivos em formato de planilha, que pode ser modificada e reordenada por meio de programas de planilha que facilitam a análise das informações. Com as quatro Cortes – STM, TRT20, TRE-DF e TRE-SE –, já são 54 tribunais brasileiros que divulgaram os salários dos servidores, de um total de 91.